



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA

PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA

RIO DE JANEIRO, RJ, 18 DE MARÇO DE 1997

Senhor Governador do Estado do Rio de Janeiro, Dr. Marcello Alencar; Senhores Ministros de Estado que aqui se encontram; Senhor Prefeito da cidade do Rio, Luiz Paulo Conde; Senhor Presidente da nossa Summit, Maurice Strong; Senhor Presidente do Banco Mundial, meu amigo James Wolfensohn; Senhor Presidente da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, Israel Klabin; Senhor Diretor-Geral da Unesco, Frederico Mayor; Senhor Conselheiro da Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável, Sr. Lorenzen; Senhoras e Senhores,

Depois de palavras tão generosas de apresentação feitas pelo Dr. Wolfensohn, me cochichou ao ouvido o Governador do Rio de Janeiro, Marcello Alencar, que eu deveria dar um dó de peito, ou seja, me esforçar para, bem de longe, corresponder ao que ele disse. Eu peço desculpas a todos os senhores por não ser isso possível e peço também que compreendam, os estrangeiros que aqui estão – espero que a tradução esteja sendo feita a contento – eu me expressar na minha própria língua, que assim, quem sabe, pouco a pouco o português vá se tornando

uma língua um pouco mais universal, e os senhores possam entendê-la, mais tarde, sem audiofone.

Eu quero aproveitar a oportunidade inédita deste encontro, que bem caracteriza o momento atual da questão do desenvolvimento sustentado e, ao mesmo tempo, da questão da própria evolução da sociedade brasileira. Eu, infelizmente, não participei da Reunião de 92. Não participei – eu era senador na ocasião – podia ter participado, mas eu estava acamado, não pude sair de São Paulo.

Mas aquele encontro de 92 produziu um impacto enorme naquela época e gerou uma quantidade de expectativas em nível mundial, provavelmente acima do que seria possível realizar. É claro, o tema do desenvolvimento sustentado, o próprio tema do meio ambiente não havia, até então, ganho o foro de um conceito de aceitação universal, aceito, digamos, quase que oficialmente pelas Nações Unidas, senão que oficialmente, e, não obstante, já se percebia que nós estávamos distantes de outra época, na qual desenvolvimento tinha pouco a ver com a sociedade e, praticamente, nada a ver com o meio ambiente. A própria idéia de desenvolvimento era muito atada a um conceito mais pobre, a uma dimensão mais pobre que era a do crescimento econômico. E, basicamente, medida pelos indicadores mais, ao mesmo tempo, sensíveis e rudimentares, como o produto *per capita* de cada país.

E, na famosa conferência de Estocolmo, na qual o Dr. Strong já tinha tido um papel tão importante em alertar a humanidade para as questões ambientais, a posição do Governo Brasileiro foi, pura e simplesmente de – pensando que se utilizava uma *boutade* –, dizer alguma coisa sem propósito, dizer: bendita poluição. Porque a poluição, ao ver daqueles dirigentes lá, significaria industrialização.

Pelo pensamento da época significaria industrialização. E industrialização, riqueza. E riqueza, bem-estar – mais tarde, quem sabe quando, para todos. Isso mudou muito. Na Rio-92 já ninguém usaria um disparate dessa natureza. Já todos tinham acrescentado, à idéia de desenvolvimento, não apenas a dimensão propriamente de transformação em termos de produção econômica, mas já haviam acrescentado a dimensão social e a dimensão ambiental. Já se tratava de um conceito muito

mais complexo, um conceito talvez de difícil compreensão imediata ao senso comum, mas de conseqüências vitais para o conjunto das políticas públicas.

Muitas transformações ocorreram no mundo, antes de 92. E eu me permito fazer uma citação a alguém que está aqui presente, Sr. Gorbachev, cujo livro, quando eu li, há muitos e muitos anos, a respeito das modificações que estavam ocorrendo no mundo, chamavam a atenção, e creio eu, posso estar enganado, que terá sido o primeiro dirigente de um país, de importância mundial, a dizer que o desafio do meio ambiente é de tal natureza que, de alguma maneira, ele englobava e quem sabe até superasse o conflito de classes, e que era de tal natureza que não se poderia mais pensar os problemas do mundo a partir apenas do conceito de Nação, e muito menos de Estado-Nação, que haveria necessidade de uma convergência e de uma reflexão que fosse além dos limites da classe da exploração, dos limites da organização política num Estado e mesmo dos limites de uma cultura nacional.

Não sei se tomou a termo, com a consideração necessária, esse tipo de consideração que foi feita na época e que tinha como propósito criticar a corrida atômica, ao mostrar que a corrida atômica levaria à desagregação do Planeta e não haveria mais vencedores. Portanto, não haveria nem mais a razão fundamental da guerra, que é a imposição da vontade de uns sobre outros, posto que os dois lados, se dois lados houvesse, apenas, ter-se-iam liquidado no próprio processo guerreiro.

Eu creio que isso teve um impacto muito maior sobre o próprio conceito mesmo da política do que foi devidamente avaliado – posso fazer eu agora uma injustiça, porque estou afastado dos meios acadêmicos – mas o que foi avaliado pelos meios acadêmicos, e isto foi antes de 92. Em 92 já se colheu fruto, portanto, de muitas mudanças que estavam ocorrendo no mundo. E a consciência, já, dessa “aldeia global” que era o Planeta Terra e a necessidade de que o pensamento fosse um pensamento capaz de ser, realmente, universal.

Agora, se algo de novo marcou essa abordagem da questão do desenvolvimento social, político, econômico e do meio ambiente, foi a percepção exata de que nós estamos lidando com um fenômeno que tem,

ao mesmo tempo, uma dimensão muito ancorada no cotidiano, no local, mais até do que no regional. E, ao mesmo tempo uma outra dimensão que é a universal. A partir daí não é mais possível pensar em desenvolvimento sustentável e também não é possível pensar em política – e já falarei desse assunto – senão quando se tem a capacidade de entender essa complexidade de que nós estamos lidando com um fenômeno que tem essa dualidade. Eu não diria nem uma contradição, porque pode não ser. Ao mesmo tempo há que haver uma referência muito local e por outro lado uma referência universal. Por isso citei a questão da compreensão do Sr. Gorbatchev sobre o problema da política no mundo, e num momento em que se arrebentam as fronteiras e, mais adiante, com a própria noção do desenvolvimento sustentável, se recompõe, não a fronteira, mas outra coisa, se recompõe a referência necessária ao particular, ao peculiar, ao específico, ao local.

E é nessa dualidade entre o local e o universal que hoje nós temos que situar todas as políticas e todo o pensamento que se possa ter a respeito do que seja o desenvolvimento sustentável. Mas mais do que isso, eu creio que essa própria noção que nasceu, repito, todos sabem, primeiro do pensamento econômico do desenvolvimento, do próprio período de desenvolvimento, depois da confluência entre o desenvolvimento econômico e a questão colocada pelos ambientalistas, ainda naquela época desligados, talvez, da preocupação econômica, depois pela multiplicidade de organizações que estão ancoradas na sociedade civil. Bem, num dado momento se chegou a perceber uma nova dimensão de tudo isso, ou seja, que não haverá desenvolvimento sustentável, nem a dimensão econômica, nem a dimensão propriamente de meio ambiente, se não houver democracia. E democracia é compreendida também dessa maneira nova, ou seja, como alguma coisa que diz respeito às regras que são gerais, que são imediatas, que são locais. Esse é o desafio.

E, por isso mesmo, muito freqüentemente o embate que se dá ao redor da questão contemporânea do desenvolvimento sustentável me parece um pouco falso, quando não se percebe essa ligação necessária entre o local e o geral; entre aquilo que está fora do Estado e o que está dentro do Estado; entre o que é necessário para que a economia cresça e

o que é essencial para que a sociedade não sofra com esse crescimento; entre o que é necessário preservar e o que tem de ser transformado. É tão complexa essa realidade nossa e os conceitos que estão sendo elaborados para captá-las que, muitas vezes, nós já estamos praticando algo novo, mas estamos usando conceitos – ainda quando abstratamente certos – incapazes de perceber a riqueza dos matizes e as multiplicidades de aspectos diversos que estão sendo englobados por essa prática nova. E aí, repito, é que se coloca o grande desafio. Só haverá, realmente, desenvolvimento sustentado se nós formos capazes de criar sociedades democráticas, não no sentido somente da democracia como forma de representação política e como forma de renovação das elites dirigentes, mas como forma de entrosamento nas decisões dos grupos locais com os processos decisórios mais globais, sem que uns pensem que podem viver sem o outro. Porque, quando uns pensam que podem viver sem outros, se dá uma dialética perversa.

Ontem eu dizia ao Wolfensohn que eu costumo repetir uma expressão que eu tirei emprestada de um sociólogo amigo meu, espanhol, professor em Berkeley, chamado Manuel Castells, que se referia a essa democratização que está dando essas transformações todas a essas organizações, que costumavam ser chamadas de não-governamentais e que ele qualificou de neo-governamentais.

A primeira reação quando se diz que são organizações neo-governamentais é um pouco estranha, porque dá a impressão de que ou se deseja cooptar e manipular ou se está desqualificando, mas não é isso. No mundo moderno, se nós quisermos ter, não apenas o desenvolvimento sustentável, mas uma política sustentável, ou existe esse entrosamento entre aquilo que é governo e aquilo que é sociedade e, sem que haja a absorção de um pelo outro, se estabelece um diálogo frutífero; ou então a conversa é de surdos, em que uns cobram e outros não pagam dívidas que não podem pagar porque não tem recurso para pagar, e uns dizem que está havendo descaso e outros dizem que está havendo uma queixa infundada.

E, a partir daí não há diálogo possível, porque não há compreensão verdadeira do desafio que não é o desafio que se coloca aos governos,

nem é só a sociedade, mas é a humanidade, é um desafio que se coloca de tal maneira que, ou se criam formas de participação que impliquem decisão, mas que levem realmente a uma confluência, sem que dessa confluência resulte, ou a mera manipulação ou a rejeição – manipulação pelo Estado e rejeição pelas organizações da sociedade –, ou se supera esse desafio, ou o próprio conceito de desenvolvimento sustentado fica só sendo um conceito e não tem força para se transformar em prática. Esse é o nosso desafio

De 92 para cá temos caminhado algo, certamente pouco, certamente muito menos do que seria desejável, certamente muito menos do que qualquer um dos que têm consciência do processo que ocorre na humanidade em termos de desenvolvimento e de meio ambiente gostaria.

Agora, seria equivocado imaginar que mais não se caminhou porque faltou decisão, vontade, recursos; faltou muito mais do que isso, faltou isso talvez, também, mas faltou muito mais do que isso, faltou a decantação de uma prática nova. Dessa prática nova implica esse permanente diálogo, esse permanente debate e a busca de formas que permitam com que esse debate seja algo de concreto e não se estiole pura e simplesmente para o gozo daqueles que têm gozo no debate, para que disso resulte uma transformação.

Eu não sou daqueles que têm uma visão pessimista da humanidade. Eu acho que o pensamento progressista não coincide com o pessimismo. O pessimismo faz parte do pensamento conservador, não faz parte do pensamento progressista. Quem é pessimista não tenta mudar porque não acredita de antemão. Existe um livro de um amigo nosso, Albert Hirschman, sobre isso, que é admirável. Sobre a retórica reacionária, em que se vê claramente que, realmente, o pessimismo é o maior motivador do conservadorismo. Ou se assume uma posição de acreditar que é possível fazer alguma coisa ou nem sequer se tenta fazer alguma coisa. Então, ao mesmo tempo em que tem que ter uma visão, a meu ver, otimista, das transformações, é preciso evitar, isso sim, que se vá ao embalo do puro otimismo e que não se veja do lado crítico, que não se veja o que falta fazer.

Mas eu não sou dos que têm, nem mesmo por respeito à questão ambiental, uma visão puramente crítica, porque quem tem a visão puramente crítica é um conservador. Quem não tem a visão crítica ou é um ingênuo ou é incapaz de avançar, mas quem tem só a visão crítica é um conservador. É preciso ter, ao mesmo tempo, a visão crítica e a proposta generosa, até mesmo na crença no outro, na capacidade do outro de fazer alguma coisa e na capacidade que se tem de transformar o outro. E isto vale no ângulo de governo, de sociedade civil, vale no que diz respeito às oposições entre o econômico e o social, entre o político local e o universal. Se se tem uma visão, digamos assim, se me permitem, um pouco mais generosa do processo histórico, eu diria que houve modificações importantes, muito aquém, repito – já muitos devem ter dito isso aqui, eu não preciso nem repetir – do que se desejaria, mas é preciso buscar naquilo que existe de mudança, naquilo que existe de opção para algo melhor, motivação para continuar a avançar e não pura e simplesmente buscar, naquilo que não se fez, o argumento central, porque então é a paralisação do processo histórico. E o processo histórico não se paralisa. Mesmo quando as pessoas, equivocadamente, têm uma visão um pouco mais acanhada do processo, o processo existe. Esse processo está ocorrendo, mesmo, no Brasil.

Há cinco anos, em 92, não se tinha a consciência que hoje se tem, pelo menos do que deve ser feito, embora não tenha sido, talvez, feito. Mudou. Mudou bastante, em termos de consciência, em termos de pressão, em termos da necessidade quase compulsiva de que todos sentimos e que “olha, é preciso tomar cuidado, porque há um outro lado”. Há um outro aspecto. Há a dimensão ambiental, há a dimensão da injustiça social, há a dimensão ética.

E quando se formula a dimensão ética num processo político ou num processo de crescimento econômico, é que se começa a ter uma visão mais abrangente e que se vê que esse conceito de desenvolvimento sustentado tem que incluir nele, também, a questão da equidade, a questão da democracia.

É um tremendo desafio. É um desafio que, possivelmente, será mais facilmente resolvido nos países que já têm um avanço, digamos, da

consciência dos processos ecológicos e também um avanço econômico, um avanço das formas de sociabilidade maior do que nos países que ainda estão em desenvolvimento e nos quais a heterogeneidade como que dificulta, muitas vezes, qualquer processo decisório e, mais ainda, o processo de implementação das decisões.

Mas é, sem dúvida alguma, se eu posso dizer assim, uma questão civilizatória, que inclui, portanto, valor, que inclui, portanto, a absorção por parte da sociedade – e na sociedade eu incluo o Governo – dos novos valores e que requer, por consequência, uma espécie de espírito de – a expressão é antiga – engenharia político-social, ou seja, a criação de instrumentos de mecanismos que permitam que as coisas avancem e permitam dar pulso às coisas.

Vejam os senhores e as senhoras um país da vastidão do Brasil, um país com as desigualdades do Brasil, com os bolsões de miséria do Brasil, e também de riquezas, a imensidade de problemas a serem enfrentados, o fato mesmo de que nós, hoje, dispomos até mesmo do conhecimento de tragédias que estão acontecendo. Nós monitoramos a queima da Amazônia, semanalmente. Semanalmente, há informações a respeito, por satélite, do que está acontecendo com a queima na Amazônia. Nós temos condições de saber o que está acontecendo com a derrubada de árvores, da exploração de madeireiros que invadem certas regiões. E não temos condições de frear. Não temos condições práticas, objetivas de frear.

Baixamos decretos. Eu acabei de baixar uma lei proibindo a exportação, por exemplo, de mogno, por dois anos. Será que vai ser eficaz? Ou isso vai incentivar, mais ainda, a destruição da árvore e o contrabando? E qual é o elemento de controle de que nós dispomos? Onde é que está o Estado? Mas nessas regiões, quase não há Estado, quase não há Governo, as instituições públicas capazes de impor a lei.

Ora, se não houver, portanto, uma ampliação e uma ligação do conjunto da sociedade com as decisões tomadas, elas estiolam. Estou vendo, ali, a Senadora Marina Silva. Recentemente, estivemos discutindo sobre os Povos da Floresta, os seringueiros, os problemas concretos que, lá, ocorrem na Amazônia. Tomamos algumas medidas. Vão ser eficazes?

A eficácia não depende, simplesmente, da consciência; não depende, simplesmente, da vontade; mas ela depende, também, da existência de formas organizacionais que levem às decisões. E essas formas organizacionais dependem, de alguma maneira, de um certo grau de consciência, por parte da população, e de confiança. E é difícil, muitas vezes, estabelecer um clima de confiança, em situações de tão escassas possibilidades de que a ação seja efetiva. É preciso que se estabeleça, portanto, mecanismos neo-governamentais que sejam capazes de mobilizar as populações para que ocorram os processos que se desejam que venham a ocorrer de uma certa maneira.

É claro, estou me referindo, aqui, talvez, a situações extremas: queima de floresta, má utilização ou dificuldade na exploração racional da floresta. Mas o mesmo se aplica a outras áreas. O mesmo se aplica à questão do lixo. O mesmo se aplica à questão da poluição desta baía, que está aqui, que, no caminho, se vê, toda poluída. Os processos são lentos, enervam. O Presidente do Banco Mundial sabe disso. Em média, 18 meses para um projeto ser aprovado. No Congresso brasileiro, em média, três a quatro anos para uma lei ser aprovada.

Mas é assim. É assim. As burocracias existem, os interesses políticos existem. Até que as coisas se movam numa dada direção, vai tempo. E se nós não mantivermos a chama acesa e se pressionarmos tudo na fogueira de vaidades, destruindo tudo e a todos, não se move. É preciso se ter uma compreensão talvez histórica de um processo.

Nós lidamos, no caso do meio ambiente, não é com a natureza. É com seres humanos que estão na natureza, fazem parte dela, são eles que movem, são eles que poluem ou não. E os seres humanos reagem e têm interesses que são diversificados e levam tempo para organizar suas decisões. E as decisões não são homogêneas e se chocam. Há todo um processo.

Eu creio que, no caso específico desses últimos cinco anos, esse processo está em marcha, está em curso. Não digo isso como quem queira tapar o sol com a peneira e dizer que não há, porque há muitos problemas. Mas nós não podemos perder a vontade, a confiança e a capacidade racional de entender o “porquê sim” e o “porquê não” e, sobretudo,

de entender aquilo que eu acho que é o miolo da possibilidade da solução das questões, que é a questão da democratização, no sentido amplo, dos processos decisórios e da integração dos vários setores interessados, num processo que permita levar adiante as transformações desejadas.

Eu creio que é com esse espírito que se deve fazer o balanço. Claro, não cabe ao Presidente da República fazer o balanço do negativo, mas cabe às organizações – esta Conferência, certamente, o fez – mas cabe não finalizá-la, senão com uma mensagem de otimismo, senão com uma mensagem de crença, de convicção de que é possível melhorar, de que é possível avançar mais. Falta muito, mas é possível avançar mais.

E, nesse aspecto, no que diz respeito à sociedade brasileira, não tenho dúvidas quanto a que esse processo, que é simultâneo, de democratização crescente e de tomada de consciência, vai avançando com bastante celeridade. Os que vivemos há vinte anos aqui os processos políticos brasileiros, ou há quinze anos, e comparamos o que aconteceu nessa sociedade, em tão curto espaço de tempo, percebemos que houve mudanças importantes. Os que não viveram, lêem, percebem que há mudanças importantes.

E não é só no Brasil. Por quê? Porque, exatamente, como nós chegamos ao momento de desenvolvimento da humanidade que requer uma dimensão mais universal e planetária, há uma espécie de interação. E isso passa de um país a outro. E é bom que passe. E é bom que passe. E os meios de comunicação aceleram esses processos todos. E sem meios de comunicação, não há sociedade contemporânea. Não há possibilidade de avanço, nem mesmo, eu diria, de política contemporânea. Tudo depende de símbolos, de significados, de capacidade de convencer e de meios que transmitam esses símbolos, significados, à palavra, para que as coisas se transformem. E isso também se está universalizando.

Essa dialética entre o particular e o geral, que está no coração mesmo desse problema do desenvolvimento sustentado, tem que ser vista e revista. Eu diria que, vendo a Agenda 21 e vendo o que foi prometido e o que foi feito, também vamos ter, por aí, decepções. Prometeu-se muito mais do que se fez. Mas algo se fez. É preciso, agora – e teremos esse

encontro em junho, nas Nações Unidas – é preciso, agora, reacender a chama, com o espírito de quem diz: “Olha, falta muito. Precisamos mais”. Mas há caminhos a serem percorridos e vamos percorrer.

E eu creio que, nesse processo todo, um certo amor ao fechamento de decisões – as questões são nossas, não deles – vai desaparecendo, porque as questões são nossas, sim, mas esse nosso é plural. E quando se diz “esse nosso é plural”, não quer dizer que se esteja alienando “soberania”. Não é isso. Está-se acrescentando um elemento novo à soberania, se nós entendermos por soberania a capacidade de tomar decisões e de escolher as decisões a serem tomadas.

E se nós imaginarmos que soberania é não ter alternativa, senão um caminho fechado, definido pela geração anterior, num dado espaço do território, então, nós vamos definir por soberania alguma coisa que é intrinsecamente contrária ao progresso e à transformação. Mas se nós definirmos por soberania a capacidade de tomar decisões, oferecidas alternativas e conhecendo as alternativas, esse processo que está ocorrendo, inclusive, especificamente no caso do meio ambiente, é de acrescentamento de uma forma de soberania.

Não cabe mais discutir se “o estrangeiro pode ou deve discutir a questão da Amazônia”. Não é porque ela seja o “pulmão” da humanidade que isso é indiscutível, mas por outra razão: é porque nós também temos o direito de discutir o que está acontecendo com os gases que são emitidos no Hemisfério Norte, que estão poluindo o Planeta. É a mesma posição e que requer que se entenda que esse sentido universal tem que estar presente em cada decisão local. E é por aí que se pode acrescentar à experiência particular, nossa, no caso, a brasileira, esse conjunto de ações que estão se desenvolvendo no plano internacional.

Claro, tudo isso vai requerer mais organização, mais diálogo, mais crítica, mais muita coisa e mais financiamento. Não se resolvem essas questões sem que existam recursos adequados para enfrentá-las. Muitas das questões que existem são conhecidas e reconhecidas, não são resolvidas porque não há financiamento. Nem todas. Algumas, ou talvez até muitas, porque não há vontade mesmo, ou não há condição de outra ordem. Mas a questão do financiamento se impõe.

Acredito que se discutiu, muitas vezes, essa possibilidade: como financiar o meio ambiente. Para não falar em imposto, mas em algo que o poluidor tem que pagar, é preciso criar alguns conceitos que levem a uma coação moral, que façam com que a reconstrução de uma nova situação ambiental seja financiada, em grande parte, por aqueles que são responsáveis pela degradação do ambiente.

De que maneira se fará isso? Caberá aos técnicos, caberá a múltiplas decisões. Mas debate tem que ser aberto, porque nós não vamos conseguir enfrentar os múltiplos desafios que nós temos que enfrentar, se não houver, realmente, recursos para enfrentá-los.

Senhoras e Senhores, eram as palavras que eu queria transmitir. Terminando dizendo que eu reitero o meu otimismo, que não é irrealista, que não é baseado, pura e simplesmente, num querer, mas é na observação das coisas que estão ocorrendo. E tenho certeza – lamento não ter podido participar dos aspectos quotidianos desse encontro, sobretudo dos aspectos mais de *happening* dos encontros, que são bons, porque outros afazeres não me permitem – mas tenho certeza de que a vivência daqueles que aqui participaram será de grande utilidade para todos nós, que estamos interessados em levar adiante práticas novas na transformação da nossa sociedade e que têm, no seu centro mesmo, essa noção de desenvolvimento sustentável.

Muito obrigado.